



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

PREÂMBULO

O **SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/001-09, com sede na Rua Caetano Carlos, 466, centro, Campos Novos, Estado de Santa Catarina, representado neste ato pelo seu Diretor, Sr. Alexandre José Biolchi, no uso de suas atribuições, conforme delegação de competência estabelecida no Decreto 8514/20, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, do **Tipo Menor Preço por item**, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPIS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA PROTEÇÃO E SEGURANÇA**, a serem utilizados conforme a necessidade do SAMAE.

DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II) DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

O presente certame será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal 9.379/2023, Decreto Municipal nº 9.387/2023, Decreto Municipal nº 8090/2018 e demais legislações aplicáveis, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

Recebimento das propostas: até às 07h30min do dia 16 de março de 2026.

Abertura da sessão pública: às 08 horas do 16 de março de 2026.

As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço:
www.portaldecompraspublicas.com.br.

Referência de tempo: todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

Os trabalhos serão conduzidos por agente de contratação designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: decisões para a condução da licitação, saneamento de vícios e prestação de informações, inclusive por meio de diligências à unidade solicitante da contratação; condução da sessão pública da licitação; recebimento, exame e decisão sobre impugnações e pedidos de esclarecimentos ao edital e anexos; exame de conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital; exame e julgamento das condições de habilitação; saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; negociação, quando for o caso, de condições mais vantajosas com o primeiro colocado; declaração do vencedor da licitação; coordenação dos trabalhos da equipe de apoio; encaminhamento do processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas -PNCP <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no site oficial <https://www.camposnovos.sc.gov.br>, no endereço eletrônico <https://www.samaecn.com.br/> e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. As empresas interessadas em participar deste certame, deverão estar atentas às informações disponibilizadas no site do SAMAE - Campos Novos/SC e no Portal de Compras Públicas, a qualquer momento, em virtude de esclarecimentos, erratas ou outras informações relevantes acerca do processo licitatório em andamento.

Contato para informações	
Telefone:	(49) 3541-0844
E-mail:	compras@samaecn.com.br



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPIS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA PROTEÇÃO E SEGURANÇA, a serem utilizados conforme a necessidade do SAMAE.

2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO ORÇAMENTO

2.1. Critério de Julgamento: **REGISTRO DE PREÇO - MENOR PREÇO POR ITEM**

2.2. Modo de disputa: **ABERTO**

2.3. Valor Estimado da Contratação: **R\$ 536.265,94 (Quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e sessenta e cinco reais e noventa quatro centavos).**

2.4. Recursos Orçamentários: As despesas decorrentes de futura contratação do objeto do presente certame correrão à conta de dotação específica da área requisitante no orçamento do exercício de 2026.

2.5. A Administração não é obrigada a contratar as quantidades registradas, observado o direito de preferência, em igualdade de condições, do beneficiário da Ata de Registro de Preços.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este edital **até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame**, conforme art. 164 da Lei 14.133/2021.

3.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a administração.

3.4. Acolhida a impugnação contra o instrumento convocatório será definida e publicada nova data para a realização do certame.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

3.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

3.6. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e orçamento estimado, para fins de resposta aos questionamentos apresentados.

3.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.8. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

3.9. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

3.10. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

3.10.1. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

4. CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO PROCESSO ELETRÔNICO

4.1. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

4.2. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

4.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br , podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

4.5. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.6. Os licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas junto ao cadastro no Portal Compras Públicas, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “CHAT” ou emitidas pelo sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar desta Licitação:

a. Empresa legalmente constituída no ramo de atividade do objeto, que atenda às exigências deste Edital e seus Anexos e que esteja devidamente credenciada no Portal de Compras Públicas, munida de chave de identificação e de senha.

5.2. Da participação das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

5.2.1. Nos itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), poderão participar exclusivamente Microempresas, Microempreendedores Individuais e Empresas de Pequeno Porte (art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006);

5.2.2. Para itens exclusivos e com reserva de cota de exclusividade, em conformidade com o disposto no art. 47 da Lei Complementar Federal n. 123/2006, c/c art. 9, II do Decreto Federal



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

n. 8.538/2015, de 6 de outubro de 2015, as empresas que possuírem suas sedes administrativas localizadas na Micro Região da AMPLASC (Campos Novos, Abdon Batista, Brunópolis, Celso Ramos, Monte Carlo, Vargem e Zortéa), terão vantagem de 10% (dez por cento) sobre o melhor preço válido das demais concorrentes. A vantagem estabelecida neste certame visa propiciar o desenvolvimento econômico e social no âmbito regional, viabilizando a competição de ME's e EPP's com grandes empresas do segmento e ampliar a eficiência dos serviços públicos, atendendo ao princípio constitucional da economicidade, uma vez que para o ramo pertinente há várias empresas estabelecidas no território definido, assim agilizando por consequência a prestação dos serviços com maior rapidez e eficiência.

5.2.3. Será assegurado, em conformidade com os art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, direito de preferência aos licitantes que invocarem a condição de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), cujas propostas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.3. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa, conforme Art. 16, da Lei Federal 14.133/21, poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

5.3.1. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo, conforme texto do Art. 3, inciso VI, da referida Lei.

5.4. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

- a. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente
- c. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- d. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- e. Empresas cujo quadro societário seja composto por servidor ou dirigente de órgão do Município de Campos Novos.
- f. Que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência);
- g. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- h. Que se enquadrem em qualquer outra vedação prevista no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

6. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. A obtenção de benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.2. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos:

6.2.1. CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL do estado sede da



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

licitante, comprovando a condição de ME ou EPP, expedida em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data marcada para a abertura das propostas.

6.2.2. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de enquadramento e de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do art. 3º da LC 123/2006, conforme modelo do **ANEXO VII**.

6.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se às sanções previstas na Lei 14.133/2021.

6.4. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Campos Novos, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais.

7. DA REALIZAÇÃO DO CERTAME

7.1. O Portal de Compras Públicas (<http://www.portaldecompraspublicas.com.br>) se destina a realização de todo procedimento licitatório eletrônico, junto ao qual as empresas licitantes deverão obter informações a respeito do funcionamento e regulamento do sistema, e receber instruções detalhadas para sua correta utilização, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br

7.2. A abertura da sessão pública deste certame eletrônico, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>

7.3. O encaminhamento da PROPOSTA e dos documentos pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiros sua PROPOSTA e seus lances.

7.4. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

7.5. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, e o sistema



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.7. No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema eletrônico.

7.8. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via Chat, em campo próprio do sistema eletrônico.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

8.2. Os licitantes deverão encaminhar a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do sistema disponível no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

8.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante mais bem classificado somente em momento posterior ao julgamento das propostas, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento,

a. O envio dos documentos de habilitação será **exclusivamente por meio do sistema**, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

8.4. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

8.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

8.6. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

a. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

b. Descrição detalhada do serviço cotado indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.6.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

8.6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

8.6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão.

8.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações on-line, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

a. Declaração Conhecimento do edital: Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.

b. Declaração de proposta econômica: Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

c. Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante: Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

d. Declaração de Acessibilidade: Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

e. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente: Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

f. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

g. Declaração de Não Emprego de Menores: Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

8.8. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.9. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação.

8.9.2. Declaração de Servido Público: Declaramos sob as penas da lei e para fins de contratação com o(a) que não possuímos em nosso quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município de Campos Novos, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

8.9.3. Declaração que Atende os Requisitos de Habilitação: Declaramos estar cientes e concordar com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumprindo plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital

8.9.4. Os modelos para todas as declarações solicitadas no processo, estão disponíveis



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

nos **ANEXOS VII** (Enquadramento na Lei Complementar nº 123/06) e **ANEXO VIII** (Modelo de Declaração Conjunta), do presente edital.

8.10. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará a empresa licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.11. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.13. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Pregoeiro, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

8.14. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.14.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Pregoeiro, para o seguinte endereço: SAMAE Campos Novos-Setor de Licitações, Rua Caetano Carlos, 466, Centro.

8.14.2. A responsabilidade pelo envio dos documentos, via postagem, no prazo estabelecido, é da empresa interessada

8.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico “chat”.

9.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item ou do lote, conforme o caso.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou com maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;

9.9. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será fixado pelo Pregoeiro.

9.10. Havendo lances iguais ao melhor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

9.11. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **MODO ABERTO**.

10.2. No modo de disputa **ABERTO**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

10.3. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da fase competitiva.

10.3.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.3.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

10.4. Encerrada a etapa competitiva sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de **pelo menos 5% (cinco por cento)**, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

10.6. Após o reinício da disputa, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar valor menor, sendo que os lances iguais serão classificados conforme a ordem de classificação no sistema.

10.7. Encerrados os lances intermediários, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

11. DO EMPATE

11.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 8090/2018, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

a. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item anterior, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma dos itens seguintes;

c. Não apresentada proposta na condição acima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.2. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 8090/2018.

11.3. Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

11.4. O disposto nos subitens anteriores, somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.5. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

11.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência,



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. Empresas brasileiras;
- c. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.7. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

12.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer inferior ao desconto definido pela Administração.

12.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

12.5. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13. DA FASE DE JULGAMENTO

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

consulta nos cadastros pertinentes, quais sejam:

a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

b. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)

13.1.1. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

13.1.2. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos de habilitação exigidos neste Edital.

13.1.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada por escrito feita pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.1.4. O licitante que deixar de enviar a proposta readequada no prazo estabelecido, será desclassificado.

13.2. A proposta deve conter:

a. Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

b. O preço unitário e total para cada serviço cotado, especificados no Termo de Referência, bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

c. A descrição do produto/serviço cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo II deste Edital;

d. Indicar a marca/fabricante e modelo do produto cotado, quando tratar-se de fornecimento de bens/materiais;

e. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

f. Prazo de entrega do produto, conforme Termo de Referência, contados do recebimento da “Solicitação de Fornecimento”.

g. Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

13.3. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos e no prazo estabelecido ou o descumprimento das diligências determinadas pelo pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

sancionatório contra o licitante.

13.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

13.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

13.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

13.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios insanáveis;
- b. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c. Apresentar preço inexequível ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

13.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

13.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

13.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

13.11. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou documentos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

13.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

13.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

13.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) e/ou documento pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

13.16. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

14. DA FASE DE HABILITAÇÃO

14.1. Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados, pelo licitante melhor classificado, posterior ao encerramento das fases de lances e envio de proposta readequada, **quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a) via chat**, até **o prazo limite de 02 (duas) horas**, estabelecido para envio das propostas adequada ao último lance ofertado, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação.

14.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório e/ou por servidor público do Município de Campos Novos.

14.3. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão.

14.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

14.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

14.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006 ou no Decreto Municipal nº 8.090/2018, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.8. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

14.9. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, poderá ser substituída pelo registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência a legislação regente.

14.10. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

14.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

14.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

- a. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

14.13. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio de campo próprio do Sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

14.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.15. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

15. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

15.1. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

15.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a. Registro civil (no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da eleição da atual Diretoria), ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor e suas últimas alterações (devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual e sociedades empresariais e, em se tratando de sociedades por ações, acompanhadas de documentos que comprovem a eleição de seus administradores);

15.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;
- b. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c. Certidão Negativa de Débitos Estadual - do domicílio ou sede da Proponente;
- d. Certidão Negativa de Débitos Municipal - do domicílio ou sede da Proponente;
- e. Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

15.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a. Certidão Negativa de feitos sobre falência, expedido pelo distribuidor da sede do licitante;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a. Apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu, a qualquer tempo, produtos compatíveis em características e quantidades com os objetos licitados.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a. Declaração de Servidor Público: Declaramos sob as penas da lei e para fins de contratação com o(a) que não possuímos em nosso quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município de Campos Novos, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

b. Declaração que Atende os Requisitos de Habilitação: Declaramos estar cientes e concordar com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumprindo plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

15.1.3.1. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação.

15.1.3.2. Os modelos para todas as declarações solicitadas no processo, estão disponíveis nos ANEXOS, do presente edital.

15.2. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

15.2.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

15.2.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

15.2.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.2.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

15.2.5. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração,



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.2.6. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

15.2.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado:

a. Da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, (caso seja solicitado na qualificação financeira).

16. DOS RECURSOS

16.1. A licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para interpor recurso, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em conformidade com o que dispõe o art. 165, inc. I da Lei 14.133/2021, em face de:

- a. Julgamento das propostas;
- b. Ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

16.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente no encerramento da sessão pública de recebimento das propostas e documentos de habilitação em campos próprio do sistema, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, sob pena de preclusão;

16.3. A falta de manifestação imediata da licitante importará na preclusão desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

16.4. Diante da manifestação da intenção de recurso o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.5. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as **razões do recurso no prazo de 03 (três) dias**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente;

16.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, qual seja, 3 (três) dias úteis, e, terá início na data da divulgação do ato recorrido no Portal de Compras Públicas no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, em consonância com o



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

preceito no §4º do art. 165 da Lei 14.133/2021;

16.7. Os recursos deverão ser protocolados EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR, acompanhada de documentos que comprovem a habilitação do subscritor para agir em nome da recorrente;

16.7.1. Não serão conhecidas as manifestações de recurso efetuadas por meio diverso do estabelecido no edital.

16.8. Caso o pregoeiro decida pelo indeferimento do recurso, a questão será apreciada pela autoridade competente para homologar o resultado final, que poderá ratificar ou não a decisão do pregoeiro antes da adjudicação.

16.9. Se o pregoeiro não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no art. 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.

16.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.11. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão baixados do Portal de Compras Públicas;

16.12. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

16.13. O recurso interposto em desacordo com as condições deste EDITAL e seus ANEXOS não serão conhecidos, inclusive se apresentados fora do prazo legal ou sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor recurso pelo licitante ou por meio diverso do que o disposto com como condição para conhecimento e apreciação;



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.14. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.15. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados

16.16. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e multa de 5% (cinco por cento) do valor da sua proposta em favor do Município.

16.17. Será facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.18. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

I. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. As obrigações decorrentes do fornecimento do objeto constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração e o Fornecedor serão formalizadas através da



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

Ata de Registro de Preços.

17.2. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

17.3. A recusa injustificada do fornecedor melhor classificado em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no edital ensejará na decadência do direito à contratação e na aplicação das penalidades legalmente estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

17.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes que aceitaram registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.4.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, a Administração poderá:

I. Convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. Adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços está previsto no Termo de Referência.

17.6. As licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, representa compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

17.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada.

18.8. As Condições de Execução, a Forma de Pagamento, as Obrigações das Partes e demais condições da contratação estão previstas no Termo de Referência (ANEXO II) e na Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO III).



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

18.9. Do Cadastro Reserva

18.9.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, respeitada a ordem de classificação.

18.9.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitarem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

18.9.3. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, bem como daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original;

18.9.3.01. O anexo conterá link para a ata de realização da sessão pública do pregão onde consta a aceitação expressa dos licitantes.

18.9.4. A convocação dos componentes do cadastro reserva ocorrerá, respeitada a ordem de classificação, quando o beneficiário da Ata de Registro de Preços tiver seu registro cancelado.

18.9.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada somente quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.9.6. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor ou pelo valor de sua proposta original, mas deixar de responder ou recusar convocação para assumir o remanescente da ata de registro de preços em caso de cancelamento do registro do primeiro classificado, ficará sujeito à imposição das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no edital.

19. DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente à pesquisa de subsidiou a contratação que eleve o custo do objeto registrado

19.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

19.2.1. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

19.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seu preço aos valores de mercado observará a classificação original.

19.4. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o SAMAE poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos por meio de documentos comprobatórios; e

II. Convocar, na ordem de classificação, os demais fornecedores que aceitaram registrar preços iguais aos do licitante vencedor do certame para assegurar igual oportunidade de negociação.

19.4.1. Não havendo êxito nas negociações, o SAMAE deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para o atendimento da necessidade pública de maneira mais vantajosa.

20. DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

20.1. A empresa deverá fazer uma disputa equilibrada, considerando a manutenção do valor proposto pelo prazo de vigência do contrato, pois a oscilação de mercado não é fato suficiente a ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.

20.2. Em caso de solicitação de reequilíbrio de preços objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o fornecedor deverá apresentar ao gestor e fiscal do contrato, requerimento de revisão com identificação da empresa e do processo a que se refere, contendo no mínimo:

a. Justificativa fundamentada **demonstrando** a ocorrência de fato ou situação imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis no curso da execução do contrato;

b. Nota Fiscal emitida na época da assinatura da ata ou da última revisão de preços;

c. Nota Fiscal com data de emissão atualizada ou outro documento idôneo capaz de comprovar o aumento pleiteado;

d. **Planilha de custos** com especificação de todas as despesas, inclusive indiretas, que incidem no preço final do objeto, **indicação do desequilíbrio** e **indicação do percentual** necessário para reestabelecer o equilíbrio do contrato;

20.2.1. A ausência de qualquer um dos documentos enumerados no item acima implicará no indeferimento preliminar do pedido;



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

20.3. As autorizações de fornecimento encaminhadas ao fornecedor antes do pedido de revisão deverão ser entregues pelo preço vigente no processo sob pena de responsabilização por descumprimento contratual, sendo que eventual concessão de revisão será válida a partir da data do deferimento.

20.4. Para os Contratos oriundos da Ata de Registro de Preços, será admitido o reajuste, após decorridos 12 (doze) meses do orçamento estimado, mediante aplicação mediante a aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro que venha a substituí-lo.

20.4.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.5. O pedido de reajuste deverá ser pleiteado até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente.

20.6. A concessão do reajuste será formalizada por despacho da autoridade competente e registrada no contrato por apostilamento.

21. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

21.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II. não receber a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; ou
- V. for condenado por algum dos crimes previstos no art. 178 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por sentença transitada em julgado.

21.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem anterior será formalizado após decisão do (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda e Administração ou Dirigente efetivamente nomeado para a gestão do órgão ou entidade, ou seus delegatários, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.3. O cancelamento do registro de preços poderá decorrer de caso fortuito ou força



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

- I. por razão de interesse público;
- II. pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou
- III. a pedido do fornecedor, mediante solicitação por escrito e comprovação de impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

21.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

21.5. Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

22.1. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de rescisão contratual, o Município poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à Contratada, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previstos no artigo 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

I. Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II. Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

1º) **1% (um por cento)** do valor do contrato ou solicitação de fornecimento por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

2º) **15% (quinze por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

3º) **20% (vinte por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

4º) **30% (trinta por cento)** do valor total da proposta, no caso de:

a. dar causa à inexecução total do contrato;

b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

III. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.2. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.

22.3. As sanções de advertência e inidoneidade não são cumulativas entre si,



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas e/ou com a Cláusula Penal no caso de rescisão.

22.4. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

22.5. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

22.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.7. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.8. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

22.9. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

22.10. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC) e encaminhado ao Controle Interno do Município para adoção das providências cabíveis.

23. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

23.1. O gestor e o fiscal do contrato serão designados pela autoridade competente, para representar a Administração durante a execução contratual.

23.2. As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas no Decreto Municipal nº 9.386/2023.

23.3. Com vistas à otimização dos quadros de pessoal, quando não exigível pela



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

complexidade do objeto, será dispensável a designação de gestor do contrato, hipótese em que o fiscal do contrato acumulará a função de fiscalização e acompanhamento do contrato.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Interessados poderão adquirir cópia do Edital via download do arquivo através do Portal Eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, do site oficial da Prefeitura de Campos Novos <https://camposnovos.sc.gov.br/>, no endereço eletrônico do SAMAE <https://www.samaecn.com.br/> bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

24.2. Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação poderão ser solicitadas no Departamento de Compras e Licitações, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 07h30min às 11h e das 13h30min às 17h, ou pelo telefone nº (49)3541-0844 ou por e-mail, compras@samaecn.com.br.

24.3. A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.

24.4. Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021.

24.5. É facultada ao Pregoeiro, ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. O SAMAE poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentada.

24.8. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.9. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.10. Ficam vinculados a este edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência.

24.11. Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da lei de licitações, as disposições contidas no código de defesa do consumidor – lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne à garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

24.12. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital;

24.13. O contratado deverá permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa.

24.14. Durante a vigência do contrato ou ata de registro de preços, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

24.15. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, ou seja, foro da Comarca de Campos Novos(SC).

24.16. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I - Descrição dos itens, estimativa de consumo e preço máximo;

ANEXO II - Termo de Referência

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Proposta de Preços;

ANEXO V – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

ANEXO VI – Procuração;

ANEXO VII – Declaração de Enquadramento Lei 123/2006;

ANEXO VIII – Modelo de Declaração Conjunta

Campos Novos, 21 de janeiro de 2026.

Alexandre José Biolchi

DIRETOR SAMAE



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS ITENS E PREÇOS

A relação com descritivo dos itens, quantidade estimada e preço máximo será disponibilizada em arquivo anexo.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPIS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA PROTEÇÃO E SEGURANÇA, a serem utilizados conforme a necessidade do SAMAE.

1.2. Especificação dos Produtos

1.2.1. A especificação do item e os quantitativos a serem contratados constam dos três orçamentos anexos, assim como do ETP.

1.3. Descritivo do item

IT E M	QTD E	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	8	Uni	Boia Circular Rígida - Classe III, diâmetro de 60cm, confeccionada em polietileno de alta resistência, na cor laranja, material imputrescível, resistente a fungos, água do mar, água doce, petróleo e seus derivados, com proteção UV, interior preenchido com poliuretano, com cabo de polipropileno de 10mm trançado na boia, fixo em quatro pontos. Carga de ruptura mínima: 500kg. com acessório: Cabo de retinida flutuante trançado com 20mts de comprimento, monofilado, fabricado em polipropileno com 10mm de diâmetro, carga de ruptura 500kg.	R\$ 545,16	R\$ 4.361,28
2	150	Pr	Bota Galocha Borracha - Em PVC Impermeável, nas cores azul/amarela ou prata/amarela com amarra (polaina), altura média do cano de 34,5cm + 4cm de amarra, solado: 4,5mm, desenho antiderrapante. Numerações a serem definidas no pedido. Numeração do 35 ao 46. Com C.A	R\$ 96,86	R\$ 14.529,00
3	20	Uni	Calça de segurança NR10- Risco 2 ATPV 12.1 Cal/cm² Tecido FR 100% Algodão 8.6oz (290 g/m²); Com faixas refletivas; Meio elástico no cós, passantes para cinto, pala atrás; Fechamento em botões com vista; Dois bolsos frontais; Dois bolsos traseiros; Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida. Com a logomarca SAMAE BORDADA em um dos bolsos, no tamanho aproximado de 3 cm. Com dois bolsos dianteiros chapados e dois bolsos traseiros e um bolso sanfonado com tampa e velcro na perna esquerda.	R\$ 181,54	R\$ 3.630,80



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

4	20	Uni	"Camisa de Segurança NR10 – Risco 2 ATPV 12.1 Cal/cm² Tecido FR 100% Algodão 8.6oz (290 g/m²); com faixas refletivas; Fechamento frontal em botões com vista; Mangas longas com fechamento em Botão no punho; Gola tipo esporte (italiana) abotoada até em cima; Bolso superior esquerdo. Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida, 01 bolso frontal no lado esquerdo do peito, BORDADO contendo logomarca SAMAE + nome do funcionário no tamanho aproximado de 3cm."	R\$ 237,37	R\$ 4.747,40
5	15	Uni	Capacete para Motociclista - Casco injetado em polímero abs de alto impacto virgem, viseira: injetada em policarbonato virgem de alto impacto com espessura 2 mm, acionamento manual, sistema de arrefecimento com entrada de ar frontal superior que auxiliam na transferência do calor e saída de ar quente na traseira superior do capacete, sistema de desembacamento da viseira localizado parte frontal da face modular, forração de proteção berço de proteção em eps poliestireno expandido (isopor) sólido, com aletas de choque que auxiliam na dissipação de impacto, proteção face modular com revestimento em E.V.A de alta densidade para absorção de impacto, forração conforto em espumas de memória para melhor absorção de impacto e conforto, tecidos anti alérgicos e com alta resistência abrasiva, tecidos perfurados que otimizam a transferência de temperatura interna, aplique em tecido Alcântara, sistema de acionamento da face modular botão vermelho localizado na parte inferior, sistema de retenção: cinta jugular de engate micrométrico. Com certificação Inmetro NBR7471. Tamanho a ser definido no pedido.	R\$ 529,41	R\$ 7.941,15
6	30	Uni	Cones de PVC- Confeccionado em PVC, com 02 faixas refletivas, possui também uma base de borracha de 2,5kg proporcionando maior estabilidade ao equipamento e evitando que vire. Altura: 75cm. Refletivo: 20cm. Cor laranja. Com logomarca do SAMAE.	R\$ 120,33	R\$ 3. 609,90
7	30	Uni	Cones em Borracha - flexível com 02 faixas refletivas, 50cm de altura. Com logomarca do SAMAE.	R\$ 101,33	R\$ 3.039,90
8	30	Uni	Pedestal- Confeccionado em material plástico de alta durabilidade (base – PE, corpo – PVC, tampa – ABS) com base preenchida em concreto (peso aproximado do conjunto: 4,5 kg) e ganchos metálicos para fixação de correntes ou barras de isolamento.	R\$ 78,36	R\$ 2.350,80
9	30	Uni	Cones em Borracha - flexível com 02 faixas refletivas, base medindo 38x38cm, 75cm de altura, e orifício na base superior. Com logomarca do SAMAE.	R\$ 108,14	R\$ 3.244,20
10	400	Conj	Conjunto Descartável - Protetor para chuva com calça uma capa de 75cm, com capuz, 1 par de botas plástica com 0,15 micras em vinil transparente. Conter elástico	R\$ 44,15	R\$ 17.660,00



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

			nas extremidades dos punhos, cintura, e nos calcanhares.		
11	30	RI	Corda - Em poliamida 12mm normatizada. NBR 18. Rolo de 50Mts.	R\$ 293,90	R\$ 8.817,00
12	10	Fr	Crema Bloqueador Solar - Resistente à água, não oleoso, alta absorção, proteção UVA e UVB, dermatologicamente testado, com bico dosador em embalagem de 2 Lts, fator de proteção 60 FPSA (mínimo), com validade mínima de 2 anos após a data de fabricação.	R\$ 370,30	R\$ 3.703,00
13	100	Fr	Crema de Proteção para a Pele - Proteção contra o ataque agressivo de produtos químicos tais como tintas, solventes (querosene, aguarraz) e substâncias similares, óleos, graxas, cimentos, colas, pós, resinas e outros produtos. Crema protetor tipo Grupo 3. VALIDADE: 2 anos após data de fabricação. Bisnaga: 200g, Com CA	R\$ 17,66	R\$ 1.766,00
14	15	Uni	Extintor de Incêndio - ABC 2kg Caminhão, Capacidade Extintora: 2-A:10-B:C, Material da Válvula: Latão, Diâmetro/Recipiente: 4", Altura extintor (mm): 382, Peso total (kg): 3,01, homologados e com selo INMETRO. Selo com validade de 5 Anos	R\$ 137,66	R\$ 2.064,90
15	50	RI	Fita Adesiva Luminosa - Refletiva, decorativa, para segurança e alerta. Tipo refletivo prismático de alta intensidade, cola adesiva sensível a pressão, removível e reutilizável. Comprimento da fita: 2mts, largura 5cm.	R\$ 144,36	R\$ 7.218,00
16	300	RI	Fita Zebrada - Em rolo de 200m x 10cm, cor amarela e preta.	R\$ 18,27	R\$ 5.481,00
17	30	Uni	Jardineira - Em nylon emborrachado com botas sem forro acopladas, bolso interno, ajuste com cordão e suspensório com engate, com faixas refletivas e logomarca do SAMAE. Com CA.	R\$ 389,33	R\$ 11.679,90
18	50	Uni	Lanterna para Capacete - Corpo em polímero de Xenon e resina de policarbonato inquebrável ABS resistente a impactos e corrosão, lentes com película especial resistente a altas temperaturas. Lanterna composta de 1 xenon e 3 leds super branco, uso alternado. Lumens 14.0 (1 Xenon) - 9.0 (3 leds) - 4,5 volts. Watts 1.53 (1 xenon) - 0,405 (3 leds) 4,5 volts. Dimensões comp: 3,8cm, larg: 6,0cm. Peso: 0,1kg (Sem pilhas) ou 0,14kg, alimentação: 3 pilhas AAA alcalinas (inclusas). Autonomia: 3hrs de uso contínuo (1 xenon) ou 80 horas de uso contínuo (3 leds). Acionamento por botão na parte lateral. Adaptável em qualquer tipo de capacete e também poderá ser usado diretamente na cabeça.	R\$ 73,96	R\$ 3.698,00
19	20	Uni	Lanterna Recarregável - Com iluminação tipo tocha e alcance de 1000mts. Deve ser resistente à água e sua bateria recarregável durar ininterruptamente por no mínimo 24hrs. Dimensões aproximadas: 9x9x16cm. Com 12 leds recarregável - 100/220V.	R\$ 98,66	R\$ 1.973,20



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

20	20	Uni	Lanterna Tática - Hid xênon 85w 8500lumens alcance 2km, 02 modos de luminosidade (65w/85w), bateria recarregável de 6600m ah, 11.1V, lentes de filtro para 3000K, adequado para dias nublados, chuvosos e/ou sob neblina, proteção contra curto-circuito. Leds indicadores de potência de utilização e monitoramento da durabilidade da betria com indicador de carga LCD, tensão de entrada 9V/16V. Maleta em alumínio com proteção de espuma interna, carregador de parede Bivolt.	R\$ 154,49	R\$ 3.089,80
21	10	Pr	Luva Conforto Vaqueta Cobertura P - Raspa confeccionada em couro vacum, tipo vaqueta, reforço externo entre o polegar e o indicador, reforço de proteção na veia do pulso, possui no dorso tira em couro vacum, tipo vaqueta, e fivela em material polimérico para fechamento. Para ser usada sobre luvas de borracha, para alta e baixa tensão. Tamanho: GG. Com CA	R\$ 63,33	R\$ 633,30
22	200	Pr	Luva de Látex com Palma Diamantada - Cor amarela, com 37cm de comprimento, antiderrapante, veste o antebraço. Resistente a abrasão, corte por lâmina, rasgamento, perfuração por punção. Com CA	R\$ 17,20	R\$ 3.440,00
23	100	Pr	Luva de Raspa - Confeccionada em raspa com reforço interno na palma e dedos. - Luva para proteção das mãos e pulso, com maior proteção na palma e dedos contra agentes abrasivos e escoriantes, utilizada em operações de média e pesada densidade que exijam pouco tato. CA	R\$ 41,66	R\$ 4.166,00
24	10	Pr	Luva de Raspa com Aramida com Forro - Luva de segurança confeccionado em raspa, reforço em couro na palma da mão e polegar, forrada com tecido de algodão e espuma na palma e dorso da mão, costurada em fios de aramida, resistência antivibratória na palma e dorso da mão, comprimento 41cm. Com CA, Tamanho 10.	R\$ 142,24	R\$ 1.422,40
25	300	Pr	Luva de Segurança Banho Nitrílico - Possui banho em borracha nitrílica total que garante excelente proteção contra agentes químicos e boa resistência abrasiva. Confeccionadas em suporte têxtil, revestidas na palma e dorso total com látex nitrílico, punho de segurança, formato anatômico. Proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes e agentes químicos. Com CA. Tamanhos 8 e 9, quantidades a serem definidas no pedido.	R\$ 22,33	R\$ 6.699,00
26	250	Pr	Luva de segurança confeccionada em PVC (cloreto de polivinila) - forrada com tecido de algodão, antiderrapante com acabamento rugoso na palma, punho com acabamento reto, no punho 36 cm. CA	R\$ 35,38	R\$ 8.845,00
27	300	Pr	Luva em PVC para Uso em Esgoto- Luva de segurança confeccionada em suporte têxtil de fibras naturais, revestimento externo em poli cloreto de vinila (PVC) e acabamento antiderrapante arenosa, na região	R\$ 35,61	R\$ 10.683,00



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

			palmar, ponta dos dedos e no dorso. Com comprimento de punho 46cm. CA		
28	200	Pr	Luva em PVC para Uso em Esgoto - Luva de segurança confeccionada em malha de suedine com revestimento na palma, dorso e dedos em PVC, com comprimento de punho 66cm, cor verde musgo. CA	R\$ 61,10	R\$ 12.220,00
29	150	Pr	Luva de Vaqueta- Luva de segurança com cinco dedos, confeccionada em vaqueta natural, com reforço palmar interno em raspa natural e elástico no dorso, acabamento em viés e costurada com linha de nylon. Punhos de 15, 20 e 25 cm. CA	R\$ 28,50	R\$ 4.275,00
30	10	Pr	Luva Isolante de Borracha Alta Tensão - Classe 2, 17.000volts. Suportam descargas elétricas de no máximo 17000V. Elas protegem as mãos, punhos e a parte dos antebraços do usuário, além de proteger, permitem independência completa de movimento dos dedos. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO". E Certificado de qualidade das luvas Mão direita e esquerda (par), Tamanho: 10, atende a NBR 10622:1989. CA	R\$ 761,85	R\$ 7.618,50
31	30	Cx	Luva Nitrilica Descartável - Para procedimentos, tamanho G, embalagem com 100 unidades.	R\$ 43,00	R\$ 1.290,00
32	20	Cx	Luva Nitrilica Descartável - Para procedimentos, tamanho M, embalagem com 100 unidades.	R\$ 43,00	R\$ 860,00
33	20	Cx	Luva Nitrilica Descartável - Para procedimentos, tamanho P, embalagem com 100 unidades.	R\$ 43,00	R\$ 860,00
34	30	Cx	Luva Nitrilica Descartável - Para procedimentos, tamanho XG, embalagem com 100 unidades.	R\$ 43,00	R\$ 1.290,00
35	10	Uni	Óculos de Proteção Ampla Visão - Visor Incolor, com lente de proteção em policarbonato, com tratamento anti-risco, ante embaçante e UVA, ventilação indireta, armação em silicone e elástico de memória ajustável. Acompanha bolsa em nylon para armazenagem. Lentes em policarbonato resistente a impactos e choques físicos de materiais sólidos e líquidos como fragmentos de madeira, ferro, respingos de produtos ácidos, cáusticos, entre outros. Proteção contra raios UVA e UVB. Oferece ótima vedação cobrindo toda a região em torno dos olhos do usuário. Possui sistema de ventilação indireta. Com tirante elástico que permite ajuste. (Aprovado pela FUNDACENTRO). Com CA.	R\$ 45,40	R\$ 454,00
36	300	Uni	Óculos de Proteção Fume - Óculos de segurança, com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato incolor, incolor com revestimento externo de filme prateado espelhado (bronze), amarelo ou cinza, com ponte e apoio nasal injetados do mesmo material e hastes tipo espátula. As hastes são confeccionadas do mesmo material da armação e são fixadas às extremidades do visor através de parafusos metálicos. Com CA 15649	R\$ 13,41	R\$ 4.023,00



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

37	200	Uni	Óculos de Proteção Incolor - Óculos de segurança com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato nas cores incolor, incolor com tratamento, incolor espelhado, amarelo, marrom, cinza, cinza com tratamento e cinza espelhado com cinco pinos localizados na posição do nariz utilizados para o encaixe do apoio nasal de plástico maleável na cores incolor e preto, hastes tipo espátula confeccionadas do mesmo material do visor com acabamento emborrachado preto nas pontas articuladas na armação por meio de parafusos metálicos Cores: Armação e visor nas variações incolor, incolor com tratamento, incolor espelhado, amarelo, marrom, cinza, cinza com tratamento e cinza espelhado, apoio nasal incolor e preto e hastes incolor com preto, amarelo com preto, marrom com preto e cinza com preto. Com CA 15684	R\$ 24,63	R\$ 4.926,00
38	30	Uni	Óculos para Eletricista - Óculos de segurança, espelhado cor amarela, constituídos de armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato amarelo, com ponte e apoio nasal injetados na mesma peça e confeccionados do mesmo material. As hastes do tipo espátula confeccionadas do mesmo material da armação e recobertas de borracha macia preta do centro até uma das extremidades e fixadas na armação através de parafusos metálicos. Com CA.	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
39	60	Uni	Protetor Auditivo Tipo Abafador - Protetor auditivo, do Tipo Concha, constituído por duas conchas em plásticos, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e em seu interior, possui uma haste em plástico rígido almofadado e metal que mantém as conchas firmemente seladas contra a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. Possui uma ótima atenuação de 23dB (NRR). Com CA.	R\$ 153,33	R\$ 9.199,80
40	200	Uni	Protetor Auditivo Tipo Plugue - Feito de polímero ultra-soft-hipoalergênico, projetado para ter os mesmos benefícios que o silicone. Deve resistir a diversos tipos de sujidades e lavável. Possui 3 falanges que permitem uma perfeita adaptação aos canais auditivos. Base do plug com tratamento antiderrapante, para facilitar o ajuste e a correta inserção e remoção. Cor verde fluorescente, com cordão têxtil de poliéster. Com CA.	R\$ 4,33	R\$ 866,00
41	100	Fr	Protetor Solar - Produto hipoalergênico, formulado de maneira a minimizar possível surgimento de alergia, não comedogênico e dermatologicamente testado. Aumenta a proteção da pele 99 vezes e é indicado para pele extremamente sensível a queimaduras solares. Oferece proteção muito alta. Formulado com filtros foto estáveis, ajuda a prevenir queimaduras solares causadas pelos raios UVB. Contém proteção UVA equivalente a, no mínimo, 1/3 do FPS declarado (proteção UVB). Fator 99, frasco: 120g.	R\$ 101,27	R\$ 10.127,00



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

42	100		Repelente Contra Insetos - Deve proteger por no mínimo 4 horas, não oleoso, ser dermatologicamente testado, líquido ou gel para fácil aplicação.	R\$ 22,33	R\$ 2.233,00
43	200	Uni	Respirador Purificador de Ar - Tipo peça semifacial filtrante para partículas, classe PFF-2(S), com formato tipo concha, tamanho regular, com solda térmica em seu perímetro. Sobre a concha interna de sustentação em microfibras sintéticas moldadas a quente em processo sem uso de resina, e montado o meio filtrante composto por camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente. A parte externa do respirador é recoberta por um não-tecido, podendo se apresentar nas cores branca ou verde, que protege o meio filtrante, evitando que as microfibras se soltem. Nas laterais de cada peça com 04 (quatro) grampos metálicos, sendo dois de cada lado, por onde passam as pontas de 02 (dois) tirantes elásticos. A parte superior interna deve possuir uma tira de espuma na cor cinza, e a parte superior externa possuir uma tira de material metálico moldável, ambos para ajuste nasal. O respirador possuir em sua parte central, uma válvula de exalação. Deverá apresentar o selo de marcação do Inmetro. CA	R\$ 9,16	R\$ 1.832,00
44	80	Uni	Capacete de Segurança Tipo I Classe E - aba frontal com casco injetado em polietileno de alta densidade. O casco possui a opção de uso invertido e é aprovado para Alta Temperatura (AT) e Baixa Temperatura (BT). O casco possui fendas laterais denominadas Slot para acoplagem de acessórios (abafadores de ruídos e protetores faciais). O casco pode ou não possuir faixa refletiva. O casco pode ser fornecido com ou sem gravação. Ao capacete pode ou não ser acoplado o acessório Kit Mineiro composto de suporte para acoplagem de lanterna na parte frontal do casco, fixado por meio de cola, e cinta fixada por meio de cola na parte traseira para passar o fio da bateria. O capacete pode ser utilizado com 3 (três) tipos diferentes de suspensão: 1) Suspensão Modelo Push-Key. 2) Suspensão Modelo FasTrac III 3) Catraca giratória. Os cascos podem ser fornecidos nas cores amarelo, amarelo manga, azul, azul marinho, azul pastel, bege, branco, cinza, cinza alumínio, laranja, laranja CVRD, marrom cacau, marrom escuro, preto, rosa, verde, verde hivy e vermelho. O capacete de segurança pode ser fornecido com ou sem jugular. Com CA	R\$ 66,26	R\$ 5.300,80
45	20	Uni	Talabarte de Posicionamento e Ajustador - Confeccionado em corda poliamida, em formato "i" possui mosquetão dupla trava confeccionado em duralumínio. Corda de Poliamida 12mm, Ganchos (conectores), 2 ganchos de 55mm e 1 de 17mm, ABS (Absorvedor de impacto), Fita Dupla de Poliéster 45mm, Mosquetão 17mm.	R\$ 231,33	R\$ 4.626,60



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

46	30	Pr	Botina de segurança para eletricitista - Botina de amarrar, de uso em diversos ambientes de trabalho, o calçado deverá fornecer conforto e atender a todas as Normas de segurança da ABNT NBR ISO 20344, 20345 e 20347. Confeccionado em couro lixado com curtimento atravessado, com o colarinho em napa sintética soft acolchoado com espuma de PU de aproximadamente 15 mm. Costura quadrupla na gáspea. Acolchoado na região do calcanhar. Forração da gáspea com material de não tecido e forro do cano em tecido dublado. Contraforte de aproximadamente 1.5 mm, parte mais estruturada do calcanhar deverá ficar escondida entre o avesso e o cabedal, confeccionado em material termoplástico. Palmilha de montagem em material sintético soft, costurada com sistema Strobel. Sobre palmilha em EVA soft, espessura mínima de 4 mm. Solado bi densidade constituído de duas camadas de poliuretano (PU) expandido e injetado diretamente ao cabedal com alta resistência a abrasão. A 1ª camada (entressola) mais macia e leve, e a 2ª camada é a mais resistente a objetos cortantes perfurantes e a abrasão. Com canais de escoamento, e ranhuras de aderência. OBS: A botina não poderá conter nenhum tipo de material metálico em sua estrutura. Com CA	R\$ 193,57	R\$ 5.807,10
47	10	Uni	Guarda pó manga longa masculino- bolso superior, bordado no bolso logomarca do SAMAE, dois bolsos inferiores, tira de caseado e botões escondido. abertura nas costas para dar movimento, material de conspeção tecido brim, 100% algodão, cor do tecido azul Royal. Tamanhos a combinar	R\$ 122,33	R\$ 1.223,30
48	10	Uni	Guarda pó manga curta masculino- bolso superior, bordado no bolso logomarca do SAMAE, dois bolsos inferiores, tira de caseado e botões escondido. abertura nas costas para dar movimento, material de confecção tecido brim, 100% algodão, cor do tecido azul Royal. Tamanhos a combinar.	R\$ 109,16	R\$ 1.091,60
49	5	Uni	Tapete Isolante - Classe 3- Tapete de borracha isolante do tipo I; Constituído de borracha especial e superfície diamante que caracteriza o matéria como antiderrapante e acabamento texturizado para facilitar a ancoragem ao piso; Dimensões: 1 m de comprimento x 1 m de largura. Tensão máxima de uso: 30KV; possui número de série (a cada metro do produto), laudo de isolamento elétrica, tarja de identificação de classe padronizado pela cor e etiqueta de reteste; De acordo com a Norma ANSI/ASTM - D178 e as exigências da NR10.	R\$ 1.446,33	R\$ 7.231,65
50	10	Conj	Lixeiras para coleta seletiva de lixo - fabricados com material de polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP), e possui um sistema de fechadura e chave para manter a lixeira fixa respeitando as principais normas vigentes da agência nacional de	R\$ 666,13	R\$ 6.661,30



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

			vigilância sanitária (ANVISA). Lixeiras com suporte, 60L, cores: Branco, Preto, Cinza, Marrom, Amarelo, Azul, Laranja, Vermelho e Verde.		
51	5	Uni	Escada Extensiva 19 Degraus tipo D e Fibra Vazada 3,60 x 6,00 Metros - Escada padrão das empresas de telefonia e eletricidade; Perfil "U", não possibilita manutenção Não conduz eletricidade; Ótima resistência a corrosão química; Não enferruja; Equipada com corda e roldana para aumentar a altura extensiva da escada; Base anti-deslizante emborrachada; Degrau tipo "D"; Carga máxima de trabalho: 120Kg. Dimensões:- Aberta: 6,00 metros- Fechada: 3,60 metros. Números de Degrau: # Fechada: 12 # Aberta: 19.	R\$ 1.787,66	R\$ 8.938,30
52	10	Uni	Cinto Utilitário de Eletricista para Ferramentas em Couro Legítimo: cinto com 3,5mm de espessura, costurado e rebitado para uma resistência extra e com uma fivela cromada. 4 compartimentos para seus equipamentos, sendo eles: 1x Porta Alicates, 1x Porta Trena, 1x Porta Chaves de Fenda para 8 Chaves, 1x Porta Parafuso. 1,50M	R\$ 158,30	R\$ 1.583,00
53	20	Conj	Cinta de Amarração com catraca 5 Toneladas linha pesada- largura 5cm, comprimento 9m, capacidade 5 toneladas com gancho J. Fator de segurança 2:1. Cinta de poliéster, catraca e gancho bicromatizado. Norma NBR15883.	R\$ 189,33	R\$ 3.786,60
54	20	Conj	Cinta de Amarração com Catraca 10 Toneladas linha pesada - largura 10cm, comprimento 9m, capacidade 10 toneladas com gancho J. Fator de segurança 2:1. Cinta de poliéster, catraca e gancho bicromatizado. Elasticidade: 7% Temperatura de trabalho: entre -40°C e + 100°C.	R\$ 522,50	R\$ 10.450,00
55	200	Pr	Sapato de Segurança tipo sapato: fechamento em elástico na lateral, confeccionado em couro curtido ao cromo, palmilha de montagem em não tecido montada pelo sistema strobrel, com biqueira de composite, solado de poliuretano bidensidade, injetado direto ao cabedal, com a absorção de energia na área do salto (E) e resistente ao escorregamento em piso de ladrilho de cerâmica com solução de sabão (SLS) e ao escorregamento em piso de aço com glicerina (SRC), com resistência do solado ao óleo combustível. CA	R\$ 147,33	R\$ 29.466,00
56	200	Pr	Sapato de Segurança tipo botina: Calçado de segurança isolante elétrico tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em microfibra e material têxtil, forro a gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido resinado costurada pelo processo strobrel, palmilha interna removível, biqueira de composite, solado em poliuretano bidensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia no salto e à passagem de corrente elétrica. Com CA	R\$ 156,33	R\$ 31.266,00



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

57	200	Pr	Coturno de couro- confeccionada em COURO NOBUCK, palmilha GEL, e solado de borracha flexível com grips antiderrapantes, sola reforçada colada e costurada. Características do Solado: Borracha em forma de unisola com canal blaueado (costurado), flexível com grips antiderrapantes e sola reforçada, colada e costurada que garante mais durabilidade aos calçados. Modelo Adventure Material (Cabedal) - Couro Nobuck Material (Forro) - Jacquard Tecido Espumado Palmilha Gel PU Solado de Borracha (Costurado). Cano curto, fechamento em cadarço, cor marrom. Tamanhos 34 ao 44	R\$ 192,16	R\$ 38.432,00
58	50	Pr	Calçado de segurança de uso profissional - para uso eletricista em tensão até 500 V a seco, tipo botina, com fechamento em elástico, confeccionado em couro curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético resinado, costurada pelo processo strobel, forro interno em material têxtil, solado bicomponente de borracha e poliuretano, injetado diretamente ao cabedal, com biqueira de composite. Com CA	R\$ 244,33	R\$ 12.216,50
59	100	Pr	Calçado de segurança tipo botina - fechamento em cadarço, confeccionado em couro curtido ao cromo, colarinho em material têxtil, forro da gáspea em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em fibras não metálicas fixada pelo sistema strobel, palmilha interna removível, biqueira de composite, solado de poliuretano bidensidade injetado diretamente no cabedal. Com CA. Tamanhos 34 ao 45	R\$ 195,00	R\$ 19.500,00
60	20	Uni	Colete Salva Vidas Ativa Classe III Jaleco - Homologado pela Marinha do Brasil Classe III. Para navegação em águas abrigadas tais como; rios, lagos, beira mar e etc. Apito laranja com amarração e bolso. Três fechos acetel 40 mm para ajuste de cintura e peito. Dois fechos acetel 25 mm nas fitas entrepernas. Tirantes de polipropileno para ajuste na cintura, peito e entrepernas. Acabamento em vinil preto para maior conforto e durabilidade. Informações de classe e cuidados de uso na parte interna do colete. Tamanho: PP = Até 25 Kg P = De 25 Kg a 35 Kg M = De 35 a 55 Kg G = De 55 a 110 Kg GG = Acima de 110 Kg	R\$ 239,03	R\$ 4.780,60
61	30	RI	Fita demarcação de Solo - Fita de PVC revestido com adesivo sensível a pressão com excelente adesão e resistência química. Cores disponíveis Cores Sólidas Primárias: Amarelo, Azul, Branco, Verde, Vermelho e Preto Cores Sólidas Especiais: Roxo, Laranja, Cinza e Marrom Cores Zebrada: Amarelo/Preto, Branco/Verde, Branco/Preto. Medidas Largura (mm): 48 Metragem do Rolo (Mt) : 30	R\$ 43,63	R\$ 1.308,90
62	20	Uni	Garrafa Térmica- 5 Litros Cor Azul.	R\$ 91,00	R\$ 1.820,00
63	2	Kit	Kit Tripé para espaço confinado - 1- GUINCHO DE RESGATE: utilização para ascensão e descenso CARACTERÍSTICA(S) - deverá ser homologado para	R\$ 8.174,33	R\$ 16.348,66



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

			capacidade de carga igual ou superior a 140 kg; relação de engrenagem igual ou superior a 4: 1; cabo de aço com comprimento mínimo de 15 (quinze) m, com especificações em conformidade com a Norma Regulamentadora 18 em seu item 18.16 do Ministério do Trabalho e Emprego; montagem do equipamento no tripé deverá ser por suporte de encaixe rápido com travamento por pinos com dupla trava; deverá realizar movimentação ascendente e descendente; o sistema deverá permanecer estático quando da retirada das mãos do trabalhador que realiza a movimentação (vigia); deverá resistir a carga estática igual ou superior a 15 kN. MATERIAL: alumínio ou duralumínio. COMPATIBILIDADE: com o tripé para espaços confinados. GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses contra defeito de fabricação, contados da data do recebimento definitivo. ACONDICIONAMENTO: com bolsa de transporte. 2 – TRIPÉ: para trabalhos em locais confinados e operações de progressão em locais de difícil acesso. CARACTERÍSTICA(S): tripé deverá possuir regulagem de altura mínima superior ou igual a 1,1 m e máxima entre 2,1 m até 2,3 m; pernas com trava telescópica ajustáveis; sistema de polia embutida sapatas com base de borracha antiderrapante (ou outro material similar) com fita ou corrente para conexão de suporte às pernas; possuir no mínimo dois pontos de ancoragem com resistência mecânica de, no mínimo, 15 kN cada um; possuir capacidade de carga mínima de 150 kg. MATERIAL: alumínio ou duralumínio. COMPATIBILIDADE: com o guincho de movimentação. GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo. ACONDICIONAMENTO: com bolsa de transporte. 3- RONDANA: a rondana deve ser compatível com o cabo de aço. 4- POLIA SIMPLES: mini fixa 20KN auto equilibrável, fabricada em alumínio extra resistente mediante placa fixa e buchas auto lubrificantes. 5- POLIA DUPLA: oscilante rolamentada de alta resistência e alto rendimento, com carga de ruptura mínima, que é de 40KN, Peso: 577g, Material: Alumínio, Para corda de até 16mm Medidas: 165mm X 80mm. 6- MOSQUETÃO TRAVA ROSCA D: fabricado em aço, sua carga de ruptura e de 25KN ou seja por volta de 2500kg. Peso: 54g, Comprimento: 99mm, Lateral: 60mm, Abertura do gatilho: 15mm. Ruptura lateral: 8KN. 7- MOSQUETÃO OVAL: Feito de aço, trava de segurança: Rosca, Abertura do gatilho: 19mm, Carga de ruptura: 23kN, Diâmetro: 18mm, Comprimento: 100mm, Pesa 1.5kg.		
64	15	Uni	Jaqueta para motocicleta Impermeável- Design moderno e caimento perfeito no corpo; Novo sistema stopwater® de impermeabilidade; Jaqueta em poliéster 600d de alta resistência e conforto; Leve e de	R\$ 592,97	R\$ 8.894,55



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

			altíssima resistência a abrasão; Logos refletivo shine®, melhorando em 80% a visibilidade de outro condutor para o motociclista; Tecido elástico nas costas para maior movimentação e liberdade; Protetores internos removíveis em e.v.a. nas costas, ombro e cotovelo; Botões personalizados; Ajustes nos braços e na cintura; Bolsos internos para documentos e celular impermeáveis; Canaleta interna central para bloquear a entrada de água; Ajuste em velcro no punho.		
65	10	Uni	Escada Alumino Extensiva Telescópica: 13 Degraus, 5 Metros, suporta um peso máximo de 150kg, reta, em alumínio, Altura da escada fechada 85 cm, Largura da escada 47 cm, telescópica, não dobrável, Peso 11 kg.	R\$ 910,68	R\$ 9.106,80
66	10	Uni	Mosquetão trava automática D: Material: Aço cromado de alta resistência - Carga de ruptura: 50KN / 11240LBS - Carga de ruptura aberto: 9KN - Carga de ruptura lateral: 9KN - Peso: 260g - Abertura: 26mm - Dimensões: 117mm x 76mm- Trava: Automática de dupla ação	R\$ 121,26	R\$ 1.212,60
67	10	Uni	Mosquetão oval: Trava automática. Carga de ruptura: 30KN. Carga de ruptura com mosquetão aberto: 8KN. Carga de ruptura lateral: 16KN. Dimensões: 107mm X 57mm. Abertura do gatilho: 17mm. Material: Aço carbono de alta resistência.	R\$ 70,33	R\$ 703,30
68	2	Uni	Freio 8 de resgate com orelhas- para resgates em altura, com orelhas laterais, fabricado em aço inox. Ideal para trabalhos em altura e resgates. Para cordas de 9 a 12mm. Resistência: 40KN.	R\$ 346,33	R\$ 692,66
69	2	Uni	Polia dupla: oscilante rolamentada de alta resistência e alto rendimento, com carga de ruptura mínima, que é de 40KN, Peso: 577g, Material: Alumínio, para corda de 12mm.	R\$ 450,33	R\$ 900,66
70	15	Uni	Balde de metal - Tipo do pegador: Com pegador (alça) lateral, Cor/acabamento do balde para concreto: Galvanizado com acabamento envernizado, Capacidade do balde: 10 litros.	R\$ 25,87	R\$ 388,05
71	200	Pr	Luva de segurança - confeccionada em malha de algodão, revestimento em borracha nitrílica na palma, dedos e dorso, punho em malha. Cor amarela ou azul. CA 27193	R\$ 25,90	R\$ 5.180,00
72	10	Uni	Cinto paraquedista 6 Pontos- para trabalhos com eletricidade- Cinturão de segurança tipo paraquedista/ abdominal. Confeccionado em fita primária em poliéster de 45mm. Possui 7 pontos de engate, sendo 2 meias argolas em aço, nas laterais e 1 umbilical para posicionamento, 1 dorsal em meia argola de aço e 1 laço peitoral em fita de poliéster, ambos para retenção de queda e 2 laços nos ombros em fita de poliéster para suspensão e resgate em espaço confinado. Dotado de 7 fivelas em aço sem pino para regulagem, sendo 2 nas pernas, 2 na cintura, 2 no suspensório e 1 nas costas. Possui porta ferramentas em mangueira de PVC	R\$ 610,33	R\$ 6.103,30



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

			transparente. Proteção em E.V.A. na lombar: (A)180 ± 10mm x (L) 765 ± 10mm e nas pernas: (A) 100 ± 10mm e (L) 380 ± 10mm. Possui 1 conector Classe B em aço com abertura de 17 +/- 3 mm para elo de engate. O cinturão de segurança é utilizado com os seguintes talabartes e trava-quedas: 1) Talabartes contra quedas: DG 8009, DG 8010, DG 8011, DG 8015, DG 8020, DG 9100. 2) Talabarte de posicionamento: DG 9200. 3) Trava-quedas deslizantes: DG 9000, DG 9001MA, DG 9010, 4) Trava-quedas retráteis: DG 9600, DG 9700, DG 9920, DG 9960, DG 9950. Com CA. 46158.		
73	10	RI	Corda 12mm- Rolo com Aproximadamente 50 metros. - Corda Tipo Bombeiro, em conformidade com a norma NR-18. COM COSTURA EM UMA DAS PONTAS. CARGA DE RUPTURA ACIMA DE 2.000 KGF	R\$ 296,67	R\$ 2.966,70
74	8	Uni	Mangueira de Combate a Incêndio - diâmetro de 1½ Polegadas (38mm), na cor vermelha, com reforço têxtil confeccionado 100% em fio poliéster de alta tenacidade, revestida externamente com "blend" de PVC mais borracha nitrílica e internamente com tubo de borracha sintética; Dotada de união tipo engate rápido (storz), empatada em ambos os lados da mangueira conforme NBR 14.349; Deverá possuir alta resistência a ruptura, abrasão e a produtos químicos. Em conformidade com as normas ABNT - NBR 11.861. Uso recomendado para ambientes onde é desejável uma maior resistência à abrasão como áreas industriais e Corpo de Bombeiros. Diâmetro de 38 mm e Tamanho de 30 metros. Deverá ser apresentado certificado ou declaração de conformidade que comprovem que a união tipo engate rápido (storz) atende à norma EN 10204:2004 ou versão posterior. Garantia mínima de 12 meses.	R\$ 1.136,66	R\$ 9.093,28
75	5	Uni	Mangueira de Combate a Incêndio - diâmetro de 2½ Polegadas (63 mm), na cor vermelha, com reforço têxtil confeccionado 100% em fio poliéster de alta tenacidade, revestida externamente com "blend" de PVC mais borracha nitrílica e internamente com tubo de borracha sintética; Dotada de união tipo engate rápido (storz), empatada em ambos os lados da mangueira conforme NBR 14.349; Deverá possuir alta resistência a ruptura, abrasão e a produtos químicos. Em conformidade com as normas ABNT - NBR 11.861. Uso recomendado para ambientes onde é desejável uma maior resistência à abrasão como áreas industriais e Corpo de Bombeiros. Diâmetro de 63 mm e Tamanho de 30 metros. Deverá ser apresentado certificado ou declaração de conformidade que comprovem que a união tipo engate rápido (storz)	R\$ 2.057,99	R\$ 10.289,95



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

			atende à norma EN 10204:2004 ou versão posterior. Garantia mínima de 12 meses		
76	30	Uni	Cintas de Elevação- Fator de segurança 7:1, de acordo com a NBR 15637-1, os relatórios de ensaio laboratoriais devem estar disponíveis e cópias deveram ser entregues junto com o produto ou no formato digital em endereço de e-mail ou WhatsApp fornecido pelo SAMAE devendo contar também, informativo sobre utilização e conservação das cintas. As cintas devem ser fabricadas em material de alta resistência com costuras reforçadas e cores de acordo com a resistência e as alças com reforços e proteções. O material das cintas deve ser de elevada resistência a intempéries. 30MM CMT = 1T VIOLETA 1M	R\$ 19,02	R\$ 570,60
77	20	Uni	Cintas de Elevação- Fator de segurança 7:1, de acordo com a NBR 15637-1, os relatórios de ensaio laboratoriais devem estar disponíveis e cópias deveram ser entregues junto com o produto ou no formato digital em endereço de e-mail ou WhatsApp fornecido pelo SAMAE devendo contar também, informativo sobre utilização e conservação das cintas. As cintas devem ser fabricadas em material de alta resistência com costuras reforçadas e cores de acordo com a resistência e as alças com reforços e proteções. O material das cintas deve ser de elevada resistência a intempéries. 30MM CMT = 1T VIOLETA 2M.	R\$ 32,79	R\$ 655,80
78	10	Uni	Cintas de Elevação- Fator de segurança 7:1, de acordo com a NBR 15637-1, os relatórios de ensaio laboratoriais devem estar disponíveis e cópias deveram ser entregues junto com o produto ou no formato digital em endereço de e-mail ou WhatsApp fornecido pelo SAMAE devendo contar também, informativo sobre utilização e conservação das cintas. As cintas devem ser fabricadas em material de alta resistência com costuras reforçadas e cores de acordo com a resistência e as alças com reforços e proteções. O material das cintas deve ser de elevada resistência a intempéries. 60MM CMT = 2T VERDE 2M	R\$ 51,09	R\$ 510,90
79	10	Uni	Cintas de Elevação- Fator de segurança 7:1, de acordo com a NBR 15637-1, os relatórios de ensaio laboratoriais devem estar disponíveis e cópias deveram ser entregues junto com o produto ou no formato digital em endereço de e-mail ou WhatsApp fornecido pelo SAMAE devendo contar também, informativo sobre utilização e conservação das cintas. As cintas devem ser fabricadas em material de alta resistência com costuras reforçadas e cores de acordo com a resistência e as alças com reforços e proteções. O material das cintas deve ser de elevada resistência a intempéries. 60MM CMT = 2T VERDE 4M	R\$ 90,96	R\$ 909,60
80	5	Uni	Cintas de Elevação- Fator de segurança 7:1, de acordo com a NBR 15637-1, os relatórios de ensaio laboratoriais devem estar disponíveis e cópias	R\$ 367,35	R\$ 1.836,75



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

			deveram ser entregues junto com o produto ou no formato digital em endereço de e-mail ou WhatsApp fornecido pelo SAMAE devendo contar também, informativo sobre utilização e conservação das cintas. As cintas devem ser fabricadas em material de alta resistência com costuras reforçadas e cores de acordo com a resistência e as alças com reforços e proteções. O material das cintas deve ser de elevada resistência a intempéries. 60MM CMT = 2T VERDE 5M		
81	10	Uni	Cintas de Elevação- Fator de segurança 7:1, de acordo com a NBR 15637-1, os relatórios de ensaio laboratoriais devem estar disponíveis e cópias deveram ser entregues junto com o produto ou no formato digital em endereço de e-mail ou WhatsApp fornecido pelo SAMAE devendo contar também, informativo sobre utilização e conservação das cintas. As cintas devem ser fabricadas em material de alta resistência com costuras reforçadas e cores de acordo com a resistência e as alças com reforços e proteções. O material das cintas deve ser de elevada resistência a intempéries. 90MM CMT = 3T AMARELO 4M	R\$ 132,53	R\$ 1.325,30
82	5	Uni	Cintas de Elevação- Fator de segurança 7:1, de acordo com a NBR 15637-1, os relatórios de ensaio laboratoriais devem estar disponíveis e cópias deveram ser entregues junto com o produto ou no formato digital em endereço de e-mail ou WhatsApp fornecido pelo SAMAE devendo contar também, informativo sobre utilização e conservação das cintas. As cintas devem ser fabricadas em material de alta resistência com costuras reforçadas e cores de acordo com a resistência e as alças com reforços e proteções. O material das cintas deve ser de elevada resistência a intempéries. 120MM CMT = 4T CINZA 5M	R\$ 255,86	R\$ 1.279,30
83	5	Uni	Cintas de Elevação- Fator de segurança 7:1, de acordo com a NBR 15637-1, os relatórios de ensaio laboratoriais devem estar disponíveis e cópias deveram ser entregues junto com o produto ou no formato digital em endereço de e-mail ou WhatsApp fornecido pelo SAMAE devendo contar também, informativo sobre utilização e conservação das cintas. As cintas devem ser fabricadas em material de alta resistência com costuras reforçadas e cores de acordo com a resistência e as alças com reforços e proteções. O material das cintas deve ser de elevada resistência a intempéries. 150MM CMT = 5T VERMELHA 6M	R\$ 330,17	R\$ 1.650,85
84	5	Uni	Cintas de Elevação- Fator de segurança 7:1, de acordo com a NBR 15637-1, os relatórios de ensaio laboratoriais devem estar disponíveis e cópias deveram ser entregues junto com o produto ou no formato digital em endereço de e-mail ou WhatsApp fornecido pelo SAMAE devendo contar também, informativo sobre utilização e conservação das cintas. As cintas devem ser fabricadas em material de alta	R\$ 499,66	R\$ 2.498,30



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

			resistência com costuras reforçadas e cores de acordo com a resistência e as alças com reforços e proteções. O material das cintas deve ser de elevada resistência a intempéries. 180MM CMT = 6T MARROM 8M		
85	3	Uni	Cintas de Elevação- Fator de segurança 7:1, de acordo com a NBR 15637-1, os relatórios de ensaio laboratoriais devem estar disponíveis e cópias deveram ser entregues junto com o produto ou no formato digital em endereço de e-mail ou WhatsApp fornecido pelo SAMAE devendo contar também, informativo sobre utilização e conservação das cintas. As cintas devem ser fabricadas em material de alta resistência com costuras reforçadas e cores de acordo com a resistência e as alças com reforços e proteções. O material das cintas deve ser de elevada resistência a intempéries. 300MM CMT = 10T LARANJA 10M	R\$ 1.351,62	R\$ 4.054,86
86	10	Kit	Kit Capacete Para Operador De Motosserra Roçadeira - Capacete + Protetor Tela + Abafador Para Roçadeira. Conjunto para proteção da cabeça, facial e auditiva é um combinado de proteção da cabeça, facial, auditiva. Visor basculante 90°. Projetado para tarefas florestais de nível industrial. Cobertura de Riscos: Ruídos, Gravetos, Partículas. Com CA.	R\$ 303,75	R\$ 3.037,50
87	3	Uni	Bolsa / Maleta para primeiros socorros - leve resistente e durável. Confeccionado em: Lona de PVC, Lavável, na cor vermelha. Dimensões: 40 cm x 20 cm x 20 cm, Fechada com zíper.	R\$ 274,21	R\$ 822,63
88	2	Uni	Colar cervical 16 posições- Ajustável na altura com 16 posições (12 posições na versão pediátrica). Ajuste personalizado, permite substituir até 4 medidas padrões de colar cervical adulto e 2 medidas de colar cervical pediátrico; - Apoio de queixo (mento) dobrável para facilitar a execução de procedimentos como: translúcido e intubação; - Abertura frontal para realização de procedimentos como: Cricotiretomia ou Traqueostomia; - Abertura posterior para drenagem de fluidos e visualização da região da nuca; - Indicado para a realização de exames como: Ressonância Magnética e Tomografia Computadorizada. ANVISA – MS – 8004 7300376	R\$ 151,43	R\$ 302,86
89	10	Uni	Caixa Maleta De Primeiros Socorros- compacta e resistente, para armazenar itens de primeiros socorros, além de servir como organizador para acessórios. Seu interior com divisórias facilita a separação dos objetos, garantindo fácil acesso e melhor aproveitamento do espaço. Fabricada em plástico. Dimensões aproximadas: 16 cm (altura) x 20 cm (largura) x 30 cm (comprimento)	R\$ 56,17	R\$ 561,70
90	100	conj	Conjunto impermeável - composto de jaqueta e calça, confeccionado em tecido sintético emborrachado com tecnologia rip stop, com espessura de 0,24mm,	R\$ 339,10	R\$ 33.910,00



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

		composição 55% poliamida (externo), e 45% policloreto de vinila (interno), tendo como gramatura 155 gr/m². Cor: amarelo, apresentar laudo das características do tecido. O fechamento do conjunto deverá ser através de overloque de cinco fios e as costuras pespontadas em máquina reta simples, com linha de nylon 100% poliamida nº 60. As costuras devem ter uma resistência à tração de no mínimo 10n/mm (segundo norma satra tm 180/95). Fechamento frontal em zíper de nylon com 65 cm de comprimento, que deverá ser protegido por vista fechada em zíper, montada no sentido contrário ao do fechamento da jaqueta. O comprimento do cadarço deverá ser igual à medida do capuz, e devesa sobrar 200 mm em cada lado. O cordão em filamento sintético que deverá ser de 100% polipropileno com 5 mm de espessura e alta resistência a fratura por flexão ou fadiga, boa estabilidade térmica na cor preto. Nas extremidades do cordão deverá ter reguladores com cursores em polietileno de alta densidade. O terminal deverá ter 20 mm de comprimento por 13 mm de largura, e o cursor 29 mm de comprimento por 13 mm de largura. Capuz liso, fixo e com aba, sendo que deverá ter dois ilhoses em ferro niquelado com abertura de 7 mm para melhor passagem do cordão. As mangas devem possuir elástico em suas extremidades para ajuste, esse elástico deve ser de borracha revestida de algodão, com 25 mm de largura. A ventilação da jaqueta através de aberturas circulares com 20 mm de diâmetro na parte anterior e posterior do tórax, cobertas por pala do mesmo tecido. As etiquetas serão fixadas no centro do degolo na parte traseira com identificação da confecção, composição do tecido e tamanho da peça. Calça confeccionada no mesmo tecido da jaqueta, com cordão de regulagem na cintura e bainha lisa. Com ca. Faixas refletivas: o material refletivo deverá ser preferencialmente marca 3m ou similar na qualidade, com aparência diurna na cor prata metálica. O material refletivo deverá ser constituído de microesferas de vidro de grande angularidade, expostas e agregadas em resina aplicada a tecido composto de 65% poliéster e 35% algodão, as faixas refletivas devem atender a nbr 15.292/2013(item 6.1, tabela 04). As faixas refletivas deverão ter 50 mm de largura e serem costuradas e impermeabilizadas, conforme segue: no tórax em toda a sua circunferência. Na barra da calça a 30 cm da bainha. Nas mangas na altura do peito. As faixas refletivas devem atender a nbr 15.292/2013(item 6.1, tabela 04). Apresentar laudo da faixa refletiva. Processo de impermeabilização: todas as costuras deverão ser impermeabilizadas internamente através de processo de selagem por termofusão, através da	
--	--	---	--



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

			união de duas camadas de tecido por meio de um filme termofusível isolando completamente as possíveis infiltrações de umidade, também sendo de extrema flexibilidade não comprometendo a impermeabilidade do epi. Laudo de impermeabilidade do tecido e costuras. O conjunto deve ter certificado de aprovação emitido pelo mte (válido), aonde o epi deve ter apresentado nível 4 no ensaio de resistência ao rasgamento trapezoidal e deve ser aprovado para umidade proveniente de operações com o uso de água e contra umidade proveniente de precipitação pluviométrica. Logotipo: deverá ser serigrafado na parte frontal externa do lado esquerdo na altura do peito e acima do refletivo, na horizontal, a logo do samae campos novos. "nas costas deverá ser seri grafado em tinta refletiva as inscrições, em horizontal samae e em baixo na horizontal a escrita "serviço autônomo municipal de água e esgoto. Tamanhos: p, m, g, gg e eg.		
					R\$ 536.265,94

R\$ 536.265,94 (Quinhentos e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

1.3.1. Entrega:

- As entregas deverão ser efetuadas parceladamente, conforme a necessidade de uso e somente mediante autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de Compras do SAMAE;
- As entregas deverão ser efetuadas em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento;
- Caso a licitante por qualquer motivo não entregue os materiais solicitados no prazo previsto, o SAMAE reserva o direito de aplicar as sanções previstas em lei.
- Junto com cada entrega deverá ser emitida a nota fiscal Eletrônica a qual deverá ser entregue no setor de compras devidamente assinada pelo receber do material.

Da classificação do objeto

1.3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 9.382/2023.

1.3.3. O objeto, por não ser obra, não é classificado como bem/serviço de natureza especial, sendo, portanto, descrito como comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. Do prazo de vigência



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

1.4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

1.4.2. Eventuais prorrogações ou alterações contratuais obedecerão ao disposto na Minuta Contratual e na Lei Federal nº 14.1333/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de Materiais e Equipamentos de Proteção Individual - EPI, surgiu da necessidade de proteger a saúde e a integridade física dos trabalhadores. Cabe ressaltar, que a natureza das atividades externas do SAMAE implica na exposição a riscos ambientais, fazendo com que seja necessário a devida proteção física dos profissionais envolvidos, evitando assim a ocorrência de danos à saúde bem como incidentes ou acidentes de trabalho. Objetiva garantir a integridade física dos servidores, preservando e assegurando padrões adequados de saúde e bem-estar no ambiente de trabalho, que visam amenizar riscos de acidentes, assim, contribuindo para a melhoria da qualidade e produtividade no trabalho.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na realização de Registro de Preços, na modalidade eletrônica, com vigência de 12 (doze) meses.

- a. Prazo para entrega do objeto: conforme estabelecido no contrato.
- b. Endereço de entrega: conforme definido no ato da Solicitação de Fornecimento, podendo abranger todo o território do Município de Campos Novos/SC.
- c. Forma de entrega: fracionada, conforme a necessidade da Administração.
- d. Prazo de garantia do bem/serviço: conforme previsto na legislação civil e no Código de Defesa do Consumidor.
- e. Prazo de vigência da contratação: 12 (doze) meses.
- f. Obrigações do fornecedor: fornecimento do produto/serviço conforme especificações contratuais e solicitações da Administração.

3.1. Da Execução

3.1.1. O prazo para entrega do objeto é de 15 (quinze) dias após a emissão de Solicitação de Fornecimento.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

3.1.2. O prazo de entrega terá início a partir da notificação do fornecedor acerca da emissão do empenho da solicitação de Fornecimento.

3.1.3. Cada entrega deverá ser efetuada mediante solicitação por escrito, formalizada em Solicitação de fornecimento, acompanhada de relação onde deve constar: a quantidade pretendida e os respectivos tamanhos (os que forem necessários).

3.1.4. Todos os itens deverão ser entregues em perfeito estado, limpos e sem qualquer tipo de defeito ou avaria.

3.1.5. A entrega deverá ser realizada no local que for estipulado previamente pela entidade requisitante, dentro do perímetro urbano do município, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

3.1.6. A licitante vencedora ficará responsável por todos os custos com transporte/frete, carga e descarga ou qualquer outra despesa relacionada a entrega do objeto.

3.2. Do Recebimento

3.2.1. O responsável pelo recebimento do objeto deverá atestar a conformidade da qualidade e da quantidade dos produtos/serviços entregues, devendo rejeitar qualquer item que esteja em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

3.2.2. O objeto/serviço será recebido de forma provisória e definitiva pelo fiscal e/ou gestor do contrato.

3.2.2.1. O recebimento provisório se dará em até 10 (dez) dias após a entrega do bem ou execução do serviço;

3.2.2.2. O objeto/serviço será recebido definitivamente em até 20 (vinte) dias após o recebimento provisório;

3.2.3. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que os produtos/serviços foram entregues ou executados em desacordo com a proposta, com defeitos, fora das especificações ou de forma incompleta, os prazos de recebimento serão suspensos e o pagamento retido, até a devida correção pela Contratada, após notificação formal.

3.2.3.1. A Contratada será obrigada a substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais ou serviços que não estejam em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, ou que apresentem defeitos ou imperfeições



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

3.2.4. O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada das responsabilidades civis pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem das obrigações ético-profissionais quanto à perfeita execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

3.3. Da garantia dos Produtos

3.3.1. A garantia mínima deverá ser de 12 (doze) meses, ou conforme manual do fabricante, se maior, contra qualquer defeito de fabricação a contar de seu recebimento e aceitação.

3.4. Da Subcontratação

3.4.1. Somente será admitida a subcontratação do objeto, mediante autorização expressa do SAMAE e a seu critério.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Dos documentos de habilitação

4.1.1. Para fornecimento do objeto/prestação do serviço pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar documentos de habilitação **exigidos pelo setor de compras do SAMAE**.

4.1.2. Após notificada, caso a apresentação dos documentos não seja realizada no prazo estabelecido, a empresa declarada vencedora decairá do direito à contratação e sem prejuízo das sanções cabíveis;

4.1.3. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior e após verificação do pregoeiro/agente de contratação quanto ao atendimento dos requisitos de habilitação, a condição de vencedor será transferida ao próximo classificado, que terá o mesmo prazo para apresentar os documentos exigidos como condição para contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Constituem obrigações da CONTRATADA

a. Atender aos requerimentos da administração contidos nas **cláusulas 5.1 e 5.2** do presente Termo de Referência;

b. Após a convocação, realizar a assinatura do contrato no prazo estabelecido, sob pena de aplicação das sanções previstas;



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

c. Cumprir todas as obrigações constantes nos documentos do processo (ETP, Termo de Referência e demais documentos elaborados pelo setor de compras), seus anexos e sua proposta de preço (orçamento), assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

d. Não transferir a outrem a execução do objeto e demais obrigações avençadas;

e. Entregar o (s) objeto (s) de acordo com as especificações exigidas nos documentos citados e em seus anexos, na forma, nos locais e dentro do prazo determinado;

f. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, que incidem na execução do objeto;

h. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto que vier a ser recusado em razão de vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais e produtos nela empregados;

i. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;

j. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes do fornecimento do objeto;

k. Exigir dos órgãos requisitantes, a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho para a efetiva liberação dos materiais e produtos solicitados;

l. Responsabilizar-se pelo envio e frete dos materiais e produtos.

5.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE

a. Designar servidor para exercer a função de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;

b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

c. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes nos documentos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

d. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

e. Efetuar o pagamento à proponente vencedora do valor correspondente ao fornecimento/execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos nos documentos;

f. Emitir a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho e comunicar à contratada para que efetue a entrega do bem ou prestação do serviço;

g. Todas as demais obrigações previstas na documentação do processo de contratação e em seus anexos, mesmo que não transcritas nesta cláusula.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 9.386/2023, que “Regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação de agentes públicos no desempenho de atividades de agente de contratação, membro de comissão de contratação, equipe de apoio, gestor e fiscal do contrato no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional”.

6.2. As comunicações serão realizadas pelo fiscal ou gestor do contrato ao preposto indicado pela contratada.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega da nota fiscal, a qual ocorrerá somente após a entrega do objeto ou da prestação de serviço, que caracterizar-se-á pelo recebimento provisório;

7.2. Caso o objeto seja recusado por estar em desacordo com as especificações, o prazo para pagamento será contado a partir da data de substituição ou adequação do bem e/ou serviço;

7.3. A conta corrente deverá estar em nome da CONTRATADA.

7.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

8.1. O futuro contratado será selecionado mediante Pregão eletrônico, realizado na forma eletrônica, com julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Será declarado vencedor o fornecedor que ofertar o MENOR PREÇO e atender aos requisitos de habilitação exigidos na documentação do processo de contratação.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado para a contratação é de **R\$ 536.265,94 (Quinhentos e trinta e seis mil e duzentos e sessenta e cinco reais e noventa quatro centavos)**.

9.2. O valor estimado da contratação foi obtido por meio de pesquisa de preços realizada nos termos do Decreto Municipal nº 9384/2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da execução do objeto correrão à conta da(s) seguinte(s) rubrica (s) orçamentária (s):

SAMAE CAMPOS NOVOS

39.002 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

18 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS MUNICIPAIS

17.512 - Saneamento / Saneamento Básico Urbano

2.059 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS ÁREAS URBANAS

14 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

1.501.0000.0006 - RECURSOS ARRECADADOS PELA ADMIN. INDIRETA E FUNDOS



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

SAMAE CAMPOS NOVOS

39.003 - DEPARTAMENTO DO ESGOTO SANITÁRIO

22 - GESTÃO DO ESGOTO SANITÁRIO MUNICIPAL

17.512 - Saneamento / Saneamento Básico Urbano

2.060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO SISTEMA DE
COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO NAS ÁREAS URBANAS

23 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

1.501.0000.0006 - RECURSOS ARRECADADOS PELA ADMIN. INDIRETA E
FUNDOS

Campos Novos/SC, 21 de janeiro de 2026.

Veronica De Campos Walter
Setor solicitante



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx / 2026

No dia xx do mês de xxxxxx do ano de 2026 compareceram, de um lado a(o) SAMAE - CN, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.158.105/0001-09, com sede administrativa localizada na Rua Caetano Carlos, 466, centro, Campos Novos/SC, CEP nº 89.620-000, representado pelo, o Sr. Alexandre José Biolchi, DIRETOR, CPF sob o nº 073.323.589-13, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº xx/2026, Processo licitatório nº xx/2026 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) a, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

NOME DA EMPRESA	ITENS

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 14.133/2021, Art. 4, CAPUT, bem como pelo Decreto Municipal nº 9.387/2023 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

EMPRESA(S)	CNPJ / CPF	NOME DO REPRESENTANTE	CPF

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QTIDADE	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021., quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2.

Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.1.2. Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, garantia prestada ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

I) **1% (um por cento)** do valor do contrato licitado ou celebrado por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

II) **15% (quinze por cento)** do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III) **20% (vinte por cento)** do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

- a. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV) **30% (trinta por cento)** do valor do contrato licitado ou celebrado, no caso de:

- a. dar causa à inexecução total do contrato;
- b. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

nº 14.133/2021 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campos Novos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2. A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais sanções.

10.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

10.4. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

10.5. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.7. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Campos Novos ____ de _____ de 2026.

DETENTORA DA ATA

CNPJ:

SAMAE

CNPJ: 83.158.105/0001-09



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

ANEXO IV

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social:	_____
Nome Fantasia	_____
Endereço:	_____
Bairro:	_____
Município:	_____
Estado:	_____
CEP:	_____
Fone:	_____
E-mail:	_____
Inscrição Estadual:	_____
Inscrição Municipal	_____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QTIDADE	PREÇO UNITARIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	XXXXXXXXXX	XX	XXXX	XXX	XXX	XX

Prazo de validade da proposta: 60 dias

Prazo de entrega: _____

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Assinatura do Representante da legal da empresa
(Carimbo da empresa – com CNPJ)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

ANEXO V
DADOS BANCÁRIOS E DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL):
CIDADE:
Nº. DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº. :
CPF/MF Nº.:



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

ANEXO VI

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <Dia> de <Mês> de 2026.

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

OBS: *Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.*



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

ANEXO VII

MODELO DE

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06

(Obrigatória para MEI – Microempreendedores Individuais)

A empresa [nome/Razão social], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], localizada [rua, cidade, Estado], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempreendedor Individual, nos termos do art. 18-A, § 1º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas pela referida lei, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades disto, ser:

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – Empresário individual que se enquadra na definição do art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante Legal

Observações: Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como MEI, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006. A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como MEI, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A Empresa (inserir razão social), inscrita no CNPJ nº (inserir número) por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) (inserir nome), portador (a) da Carteira de Identidade nº (inserir número e órgão emissor) e do CPF nº (inserir número), DECLARA, especificamente para participação no processo XXX/2026, Modalidade xxxxxxxx, XX/2026, o que se segue:

- Estar cientes e concordar com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumprindo plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

- Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

- Não possuir no quadro de pessoal empregado(s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988;

- Que não utilizamos de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- Que conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

- Que até a presente data inexistem fato(s) superveniente impeditivo(s), bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, que impeçam a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

- Declaramos sob as penas da lei e para fins de contratação com o(a) que não possuímos em nosso quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município de Campos Novos, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

- Declaramos ainda, que tivemos total acessibilidade ao Edital e seus anexos, através dos meios descritos no presente edital;

Local, ____ de _____ de 2026.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

*OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.*